

Aumentam empréstimos de bancos

BRASÍLIA — Os empréstimos de bancos estaduais a estados e municípios autorizados pelo governo federal, por meio da Antecipação de Receita Orçamentária (ARO), aumentaram, em novembro, cerca de 129%, chegando a R\$ 144,5 milhões.

A maior parte dos empréstimos, segundo o chefe do Departamento da Dívida Pública do Banco Central (BC), Jairo da Cruz Ferreira, foi repassada a prefeitos do interior e das capitais. O crescimento das ARO é um dos principais problemas dos estados, e já levou o governo a anunciar um pacote de socorro destinado a refinaranciar essas dívidas com ajuda federal.

Prefeituras e governos continuam pagando caro por esse dinheiro: em média, as taxas cobradas pelas ARO foram de 4,92%

A dívida dos estados		
Em R\$ mil		
Estados	Janeiro/novembro 95 ARO	Total
Alagoas	150.345,0	150.345,0
Bahia	179.748,3	394.483,7
Ceará	18.909,0	85.501,7
Espírito Santo	115.957,2	120.461,3
Minas Gerais	1.057.600,8	1.292.544,2
Paraná	122.537,9	280.431,1
Pernambuco	21.937,0	39.958,7
Rio de Janeiro	83.536,0	161.875,2
Rio Grande do Sul	315.313,1	499.561,6
São Paulo	593.989,3	610.709,3

ao mês (quase 77% ao ano), mas houve empréstimos com taxas de até 9,5%. O BC também detectou um pequeno número de empréstimos concedidos pelos bancos de um estado a governos de outros

estados. Bancos são proibidos de financiar seus controladores. Trocando empréstimos de seus bancos, os governadores driblam essa limitação. Ferreira negou, porém, que o crescimento das ARO seja

provocado por esse artifício. “Esta não é uma operação usual. O normal é que os bancos estaduais emprestem aos municípios”, comentou.

A Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil (BB) reduziram o volume de suas operações com os estados e municípios em 28,1%. A saída dessas duas instituições do mercado acabou elevando os juros cobrados nesses empréstimos de 4,21% ao mês para 4,95%.

Mesmo assim, os bancos federais continuaram, em novembro, sendo os maiores emprestadores aos governos estaduais e municipais. O total de autorizações concedidas às instituições financeiras oficiais federais, de acordo com os dados divulgados ontem pelo BC, chegou a R\$ 195,6 milhões em todo o mês passado.